

## Depois da Sistematização

Comparativamente à Carta atual e mesmo, à de 1946, o projeto recém-aprovado na Comissão de Sistematização apresenta vários avanços, sobretudo em matérias referentes à ordem social e econômica. Estranho seria o contrário. Cotejado, entretanto, às aspirações e necessidades nacionais, vê-se que ficou muito aquém delas e mesmo do que seria possível obter agora. O produto final não justifica o longo tempo esbanjado, redutível se adotada outra metodologia; ou, mesmo, se algumas lideranças da Constituinte se houvessem empenhado em centralizar os trabalhos nos pontos essenciais, evitando a perigosa dispersão que nos levou, antes mesmo de finalizada a futura Lei básica, a um processo de esvaziamento da Assembléia, fermento adicionado à crise.

Sendo a Constituição, antes de tudo, um instrumento político, eixo de vasto sistema de relações, na estrutura e nos mecanismos políticos estabelecidos deve-se buscar a resposta principal a suas possibilidades de sucesso. A verdade cristalina é que, precisamente nisso, falhou de todo, devido à cegueira de muitos e ao interesse congressual de quase todos. O voto não foi resgatado dos aspectos que alimentam uma falsa relação federativa, em detrimento da maioria — e maioria mais progressista —, e um sistema alienante e ilegítimo. Permanecerá desigual e fundado na desproporcionalidade, travestida de proporcional. Acreanos, ama-

## Rio de Janeiro

paenses, mato-grossenses etc., continuarão, nas urnas, a valer muitos paulistas e fluminenses. Da mesma forma, prosseguirá, com frequência, o eleitor a votar em João, de um partido determinado, e, mercê das alianças, em pleitos não majoritários, a eleger Joaquim ou Maria, de sigla e posição totalmente contrárias a seus pontos de vista. As relações federativas e a legitimidade das representações legislativas permanecerão, pois, feridas e, dessa forma, fatores de crises institucionais.

Por outro lado, a precária maioria até agora obtida para a adoção do parlamentarismo e do quadriênio presidencial está aí a indicar qualquer que seja a solução em plenário, nada estará resolvido em definitivo. Fugindo a uma consulta plebiscitária, sobre a questão do sistema, ainda quando em curso a parte ora encerrada de seus trabalhos, a Assembléia expôs-se a perigosos ataques externos e, para salvar alguns pontos essenciais do que estabeleceu, corre o risco de ter de ceder em excesso.

Tem-se dito que as divergências resumem-se a 10 ou 15% dos dispositivos votados. Mas ocorre que elas giram em torno de teses e disposições decisivas, para o conjunto. E isso diz muito.

Newton Rodrigues

## Lembrando Stanislaw

Um adicional de Cz\$ 102 mil denominado "Auxílio Constituinte" elevou para Cz\$ 482 mil o ganho mensal dos 77 deputados estaduais mineiros, que no início da atual legislatura ganhavam pouco mais de Cz\$ 100 mil. Em dez meses, 324% de aumento salarial, superando em muito os índices de inflação do período. Em sua justificativa, os deputados afirmam que não estão pondo mais dinheiro no bolso: suas despesas são altas e crescentes. Embora insuficiente, a justificativa é procedente: a exacerbação do clientelismo, no desvio populista tomado pela "transição democrática" brasileira, está onerando de tal forma a atividade política que grande parte dos atuais deputados, mesmo com os aumentos salariais periódicos e superiores à inflação, não terá caixa suficiente para enfrentar a próxima eleição.

A maioria ainda não saldou as dívidas de novembro de 86. O pedido de reforço financeiro encaminhado à Mesa da Assembléia Legislativa, que resultou na criação do "Auxílio Constituinte" (a título de remuneração pelo trabalho de adaptação da futura Constituição à legislação estadual, a ser feito ainda em 88), foi subscrito por setenta dos 77 deputados. Além de promissórias a pagar, eles têm diariamente em seus gabinetes filas de eleitores que pedem de cadeiras de roda e

## Belo Horizonte

bolsas de estudo, passando por telhas para casas e transporte para um encontro classista. Os eleitores não aceitam recusa: conhecem as regras do fisiologismo tão bem como os seus eleitos e sabem pela imprensa de seus aumentos de ganhos e jetons.

No calor da controvérsia sobre a concessão, antecipada, do tal "Auxílio Constituinte", um deputado contou nos corredores da Assembléia que em apenas um dia os eleitores costumam arrancar-lhe Cz\$ 20 mil. Ele se queixa do volume e diversidade de pedidos que desabam sobre sua mesa, mas diante do eleitorado fisiológico, infiel por natureza, assina os cheques sem pestanejar. Ele age assim porque assim age a maioria de seus pares: no caso de uma recusa, basto o eleitor dirigir-se a outro gabinete. A culpa pela inflação na política, portanto, segundo o deputado, é do povo brasileiro, que está barganhando o seu voto como nunca. Embora insuficiente, a explicação pode ser procedente: o povo traído em suas expectativas de mudança já sacou o espírito velho da Nova República e se dispõe a tomá-lo, ao pé da letra, até a exaustão. Como dizia o saudoso Stanislaw Ponte Preta, ou restaura-se a moralidade ou locupletemo-nos todos.

Raquel Faria